

**Companhia Industrial Cataguases
e Controlada**

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis de 2017**

Objeto de Publicação

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Industrial Cataguases, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparado em conformidade com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e às práticas adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis às operações da Companhia.

Mensagem da Administração

O ano de 2017 se caracterizou pela retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico em geral. De acordo com o Banco Central, o nível de atividade econômica no país registrou crescimento de 1,04% em 2017, em comparação com 2016. Também de acordo com a Serasa Experian, a atividade econômica cresceu em 2017, superando o último biênio recessivo. Os recuos da inflação e da taxa de juros, as recuperações dos níveis de confiança de consumidores e empresários, aliados a uma melhor configuração da economia internacional, favoreceram a atividade econômica em 2017, superando dois anos consecutivos de recessão (quedas de 3,5% tanto em 2015 quanto em 2016).

No setor têxtil, após um período de crise devido ao momento econômico do país, a indústria começou a apresentar sinais de recuperação em 2017. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), além de 5% de crescimento na produção, o setor conseguiu avançar na geração de empregos, com saldo positivo de 16.000 postos de trabalho. Este crescimento foi nitidamente impulsionado pela recuperação do varejo de vestuário. O IEMI (Instituto de Estudos e Marketing Industrial) estima que o varejo de vestuário em 2017 tenha consolidado um crescimento de 8,1% sobre o ano anterior e 1,7% sobre 2015 no número de peças vendidas (cerca de 6,2 bilhões de peças), porém ainda 3,9% menor em relação a 2014, período pré-crise.

Em 2017, após sucessivos períodos sem seu corpo diretor completo, em maio foram eleitos novos diretores com a missão de retomar a posição de destaque da Companhia em seu mercado de atuação. A partir daí, diversas mudanças estruturais internas foram promovidas pela administração.

Foram revistos os modelos de representação comercial com objetivo de ampliar a cobertura, capilaridade e penetração de nossos produtos no mercado doméstico. Ainda, toda estrutura de atendimento ao mercado externo foi redesenhada, buscando a recuperação dos níveis de negócio. Além disso, a administração optou por liquidar estoques de produtos cujas vendas estavam represadas.

A Companhia também reduziu sensivelmente seu quadro geral de funcionários, como consequência destas mudanças estruturais, adequando seu quadro de mão de obra direta aos níveis de produção e vendas observados ao longo do ano. Foram necessárias também atualizações das expectativas de risco das contingências. Além disso o Plano de Investimentos previstos para 2017 foi revisado e executado abaixo do originalmente previsto, porém em níveis suficientes a cumprir a retenção de lucros do exercício de 2016.

Resultados de 2017



Apesar dos indicadores positivos da economia e do setor, tais mudanças estruturais se mostraram inexoravelmente necessárias à perpetuidade das operações ainda que trouxessem, como trouxeram, impactos negativos de curto prazo aos seus resultados econômicos. Desta forma, a administração se certificou da preservação da liquidez de caixa ao longo de todo período.

I - EBITDA (Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization) Ajustado, EBITDA Gerencial e Resultado Líquido do Exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2017 foi negativo em R\$ 5,4 milhões. O EBITDA Gerencial do exercício de 2017 foi positivo em R\$ 2,2 milhões. O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA Ajustado pois utiliza esse indicador como uma de suas medidas de desempenho. O EBITDA Gerencial é também uma medida não contábil elaborada pela Companhia, que parte do EBITDA Ajustado e acresce ao mesmo os efeitos extraordinários não recorrentes no período.

Reconciliação do EBITDA

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	(11.059)	1.685
(+) IRPJ e CSLL	(5.681)	183
(-) Resultado financeiro	4.679	5.828
(+) Depreciação e Amortização	7.220	7.684
EBITDA (Segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	(14.199)	3.724
(+) Efeitos líquidos IFRS	8.808	9.808
EBITDA Ajustado	(5.391)	13.532
Margem EBITDA Ajustado em relação a Receita Líquida	-3,06%	6,97%
(+) Indenizações a Representantes Comerciais	1.677	-
(+) Indenizações Trabalhistas	2.532	-
(+) Prov. Estoques <i>Slow Moving</i>	260	-
(+) Liquidação de Estoques Represados (*)	3.149	-
EBITDA Gerencial	2.227	-
Margem EBITDA Gerencial em relação a Receita Líquida	1,26%	6,97%

(*) Perdas calculadas com base no volume histórico natural de negócios.

O prejuízo apurado em 2017 foi de R\$ 11.059 mil frente a R\$ 1.685 mil de lucro líquido apurado em 2016.

II - Programa de Investimentos de Capital

Resultados de 2017

A Companhia executou projetos de investimentos, aplicando em 2017 recursos no valor de R\$ 2,32 milhões. O valor retido de lucros para investimento do exercício de 2016 foi de R\$ 2,13 milhões.

III - Instrução CVM 381/03

Em atendimento à Instrução Nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos:

1. A Companhia Industrial Cataguases e sua controlada durante o exercício de 2017 não adquiriram serviços de seus Auditores Externos, a não ser aqueles estritamente relacionados com a análise e emissão de parecer em relação as suas Demonstrações Financeiras.
2. Em 2017, a Companhia contratou serviços de auditoria externa obrigatórios da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes no montante de R\$302,5 mil, que compreendem a revisão das informações trimestrais (ITRs) e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (DFP).
3. A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal independência é obtida pela prestação dos serviços por profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

IV – Perspectivas

O ano de 2018 se inicia com a perspectiva de continuidade da retomada econômica no Brasil, cujos primeiros sinais foram observados no ano que passou. Entretanto, as incertezas eleitorais bem como a demora para aprovação das reformas continuam como pontos de atenção a serem observados. Estes eventos também ditarão o comportamento do Dólar Americano, cujos reflexos influenciam sensivelmente o desempenho dos nossos negócios.

Além disso, a Administração está empenhada em devolver à Companhia relevância em seu setor de atuação e acredita que as mudanças estruturais ocorridas em 2017 trarão bons resultados a médio e longo prazo.

V – Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia Industrial Cataguases em 2017; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cataguases (MG), 28 de fevereiro de 2018.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Balço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.768	29.143	25.002	29.464
Títulos e valores mobiliários	6	829	1.467	829	1.467
Instrumentos financeiros derivativos	22	153		153	
Contas a receber de clientes	7	37.919	39.451	37.919	39.456
Estoques	8	60.542	66.560	60.720	66.738
Impostos a recuperar	9	1.684	4.455	1.684	4.455
Partes relacionadas	18	290	605	290	433
Outros ativos	10	1.715	1.727	1.768	1.800
Total do ativo circulante		127.900	143.408	128.365	143.813
Ativos de operações descontinuadas	30			7	7
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos a recuperar	9	7.474	6.704	7.474	6.704
Depósitos judiciais	21	742	1.467	742	1.467
Títulos e valores mobiliários	6	1.376	694	1.376	694
Partes relacionadas	18	2.375	2.161	2.375	2.161
Total do realizável a longo prazo		11.967	11.026	11.967	11.026
Investimentos	11	4.223	7.999	275	266
Propriedade para investimentos	12	717	826	3.717	3.826
Imobilizado	13	97.432	102.682	97.926	103.198
Intangível	14	1.162	1.217	1.162	1.217
Total do ativo não circulante		115.501	123.750	115.047	119.533
Total do ativo		243.401	267.158	243.419	263.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Balço patrimonial

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	15	9.091	10.429	9.093	10.430
Salários e contribuições sociais		1.109	1.280	1.109	1.280
Empréstimos e financiamentos	17	44.282	44.818	44.282	44.818
Dividendos e juros sobre capital próprio		21	780	21	780
Obrigações tributárias	19	1.060	906	1.069	955
Provisões diversas	20	4.491	4.467	4.491	4.467
Partes relacionadas	18	1.087	2.811	1.087	1.786
Outros passivos		1.729	1.403	1.729	1.403
Total do passivo circulante		62.870	66.894	62.881	65.919
Passivos de operações descontinuadas	30			1.426	1.125
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	16.047	18.227	16.047	18.227
Obrigações tributárias	19	743	3.217	743	3.217
Provisões para riscos	21	15.545	13.154	15.545	13.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	7.923	12.713	7.925	12.715
Provisões diversas	20	3.035	3.357	3.035	3.357
Partes relacionadas	18	368	2.666	368	3.357
Outros passivos		1.304	356	1.304	356
Total do passivo não circulante		44.965	53.690	44.967	51.026
Patrimônio líquido	23				
Capital social		73.289	73.289	73.289	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial		18.544	19.903	18.544	19.903
Reservas de lucros		43.733	53.382	43.733	53.382
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		135.566	146.574	135.566	146.574
Participação dos não controladores				(1.421)	(1.291)
Total do patrimônio líquido		135.566	146.574	134.145	145.283
Total do passivo e patrimônio líquido		243.401	267.158	243.419	263.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida	24	176.418	194.094	176.455	194.122
Custos das vendas	25	(155.991)	(156.847)	(155.991)	(156.847)
Lucro bruto		20.427	37.247	20.464	37.275
Despesas com vendas	25	(26.446)	(24.836)	(26.446)	(24.836)
Despesas administrativas	25	(13.101)	(11.393)	(13.168)	(11.444)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(1.991)	(4.641)	(2.006)	(4.652)
Prejuízo operacional		(21.111)	(3.623)	(21.156)	(3.657)
Receita financeira		21.039	31.222	21.216	31.706
Despesa financeira		(16.633)	(26.137)	(16.537)	(25.878)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	27	4.406	5.085	4.679	5.828
Resultado de equivalência patrimonial		17	332		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(16.688)	1.794	(16.477)	2.171
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	658	488	581	268
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	5.100	(448)	5.100	(451)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações continuadas		(10.930)	1.834	(10.796)	1.988
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	30			(263)	(303)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(10.930)	1.834	(11.059)	1.685
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores	29	(10.930)	1.834	(10.930)	1.834
Participação dos acionistas não-controladores				(129)	(149)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(10.930)	1.834	(11.059)	1.685
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$		(75,22)	12,62		
Resultado por ação ordinária		(75,22)	12,61		
Resultado por ação preferencial		(75,22)	13,87		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(10.930)	1.834	(11.059)	1.685
Avaliação a valor justo de propriedade para investimento		226		226
Atualização do passivo atuarial	(126)	(973)	(126)	(973)
Efeito fiscal sobre atualização do passivo atuarial	43	331	43	331
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos.	<u>(11.013)</u>	<u>1.418</u>	<u>(11.142)</u>	<u>1.269</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas não controladores			(129)	(149)
Acionistas controladores			(11.013)	1.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores no patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados				
Em 1º de janeiro de 2016	73.289	6.448	44.622		21.665	146.024	(1.142)	144.882
Dividendos não reclamados			20			20		20
Realização do custo atribuído				1.346	(1.346)			
Avaliação a valor justo de propriedade para investimento					226	226		226
Atualização do passivo atuarial					(642)	(642)		(642)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				1.834		1.834	(149)	1.685
Destinações:								
Reserva legal		158		(158)				
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos mínimos obrigatórios				(888)		(888)		(888)
Reserva de retenção de lucros			2.134	(2.134)				
Em 31 de dezembro de 2016	<u>73.289</u>	<u>6.606</u>	<u>46.776</u>		<u>19.903</u>	<u>146.574</u>	<u>(1.291)</u>	<u>145.283</u>
Em 1º de janeiro de 2017	<u>73.289</u>	<u>6.606</u>	<u>46.776</u>		<u>19.903</u>	<u>146.574</u>	<u>(1.291)</u>	<u>145.283</u>
Dividendos não reclamados			5			5		5
Realização do custo atribuído				1.276	(1.276)			
Redução de capital de controladas por acionistas não controladores							(1)	(1)
Atualização do passivo atuarial					(83)	(83)		(83)
Prejuízo do exercício				(10.930)		(10.930)	(129)	(11.059)
Absorção do prejuízo			(9.654)	9.654				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>73.289</u>	<u>6.606</u>	<u>37.127</u>		<u>18.544</u>	<u>135.566</u>	<u>(1.421)</u>	<u>134.145</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes da tributação sobre o lucro		(16.688)	1.794	(16.477)	2.171
Resultado de operações descontinuadas				(263)	(303)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	13	6.688	7.062	6.710	7.070
Amortização de ativos intangíveis	14	510	614	510	614
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	3.841	1.890	3.841	1.890
Atualização contingências	21	855	2.569	855	2.569
Despesas financeiras líquidas não realizadas	27	5.664	214	5.664	214
Resultado de equivalência patrimonial	11(a)	(17)	(332)		
Valor residual de ativos permanentes baixados	13 e 14	67	239	67	239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(818)	322	(818)	322
Outros		(1.215)	972	(1.215)	972
Aumento/diminuição de ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	7	2.510	2.977	2.515	3.589
Estoque	8	7.136	(7.237)	7.136	(7.238)
Impostos a recuperar	9	2.659	2.077	2.582	2.077
Depósitos judiciais	21	772	42	772	42
Partes relacionadas	18	101	(1.601)	(71)	(1.863)
Outros ativos	10	12	614	32	593
Ativos de operações descontinuadas	30				5
Aumento/diminuição de passivos operacionais					
Fornecedores	15	(1.375)	5.728	(1.374)	5.708
Obrigações tributárias	19	(2.320)	(126)	(2.319)	(130)
Provisões para contingências	21	(2.352)	(1.847)	(2.352)	(1.847)
Partes relacionadas	18	(4.022)	3.995	(331)	304
Outros passivos		1.115	262	1.115	252
Passivos de operações descontinuadas	30			301	140
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		3.123	20.228	6.880	17.390
Pagamento de juros sobre empréstimos	17	(5.437)	(7.300)	(5.437)	(7.300)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.268)	(41)	(1.461)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.314)	11.660	1.402	8.629
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	6	(44)	5.100	(44)	5.100
Aquisições de investimento	11(c)		(8)	(9)	(39)
Recebimento de dividendos	11(c)		1.630		
Aquisições de imobilizado	13	(1.629)	(5.357)	(1.629)	(5.379)
Aquisição de intangível	14	(331)	(209)	(331)	(209)
Redução de capital em controlada	11(c)	3.793			
Redução de capital em controlada por acionistas não controladores				(1)	
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de investimento		1.789	1.156	(2.014)	(527)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos tomados	17	52.993	29.514	52.993	29.514
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(56.089)	(38.204)	(56.089)	(38.204)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(754)		(754)	
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento		(3.850)	(8.690)	(3.850)	(8.690)
Redução em caixa e equivalente de caixa					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	29.143	25.017	29.464	30.052
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5	24.768	29.143	25.002	29.464
Redução em caixa e equivalente de caixa		(4.375)	4.126	(4.462)	(588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017



Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receitas					
Receita bruta deduzida de ajuste a valor presente cliente	24	221.689	247.979	221.727	248.008
Outras receitas	26	6.337	2.877	6.337	2.883
Descontos, abatimentos e devoluções	24	(8.959)	(13.256)	(8.959)	(13.256)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	818	(322)	818	(322)
		<u>219.885</u>	<u>237.278</u>	<u>219.923</u>	<u>237.313</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(95.576)	(107.743)	(95.748)	(107.952)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(51.930)	(50.228)	(51.930)	(50.228)
Perda / Recuperação de valores ativos		1.118	(1.778)	1.118	(1.778)
Valor adicionado bruto		<u>73.497</u>	<u>77.529</u>	<u>73.363</u>	<u>77.355</u>
Depreciação, amortização e exaustão	13 e 14	<u>(7.198)</u>	<u>(7.676)</u>	<u>(7.220)</u>	<u>(7.684)</u>
Valor adicionado líquido gerado		<u>66.299</u>	<u>69.853</u>	<u>66.143</u>	<u>69.671</u>
Resultado de equivalência patrimonial	11(a)	17	332		
Receitas financeiras	27	<u>21.039</u>	<u>31.222</u>	<u>21.216</u>	<u>31.706</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>87.355</u>	<u>101.407</u>	<u>87.359</u>	<u>101.377</u>
Pessoal					
Remuneração direta		52.205	43.248	52.205	43.248
Benefícios		7.766	6.679	7.766	6.679
FGTS		3.133	3.150	3.133	3.150
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		16.711	18.766	16.788	18.986
Estaduais		50	54	58	63
Municipais		160	127	175	127
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	27	16.633	26.137	16.537	25.878
Aluguéis		434	482	434	482
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio			888		888
Lucros retidos / Prejuízo do exercício		<u>(9.737)</u>	<u>1.876</u>	<u>(9.737)</u>	<u>1.876</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>87.355</u>	<u>101.407</u>	<u>87.359</u>	<u>101.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza - Cataguases - MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a Administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2018.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa 3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.1 (c).

(a) Declaração de conformidade

(i) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(ii) Demonstrações contábeis individuais da Controladora

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas, principalmente: (a) na constituição de provisões para riscos (considerações na nota 21); (b) na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes (considerações na nota 7-b); na constituição de provisão para perda de estoques (considerações na nota 8-a); na constituição de provisão para prêmio aposentadoria (considerações na nota 20-a).

(d) Apresentação de informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

Resultados de 2017



O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Anos</u>
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(I) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A Companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - Subvenções e assistências

governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não tem efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras (entrega de Tecidos, produtos confeccionados ou Fios) e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

Adicionalmente, a Companhia já adotava a prática reconhecer as vendas líquidas de bonificações de forma que a receita representa o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes. As estimativas de perda de valores não tem impacto significativo no reconhecimento de receita, haja visto que os produtos da Companhia não oferecem garantias, assim como as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de crédito mantidas pela Companhia (vide nota explicativa 28c).

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações do IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

Resultados de 2017



(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) – Operações com Arrendamento Mercantil) A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está em processo de avaliação da norma, em 31 de dezembro de 2017 não existia operações de arrendamento.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e Bancos - moeda nacional	922	710	958	758
Caixa e Bancos - moeda estrangeira	4.488	16.501	4.488	16.501
Aplicações Financeiras	<u>19.358</u>	<u>11.932</u>	<u>19.556</u>	<u>12.205</u>
	<u>24.768</u>	<u>29.143</u>	<u>25.002</u>	<u>29.464</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e Fundos de Renda Fixa com remuneração média de 101,16% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2017. Essas aplicações estão concentradas em bancos de 1ª. linha, classificada pelas principais agências de rating.

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>2.205</u>	<u>2.161</u>
Circulante	829	1.467
Não Circulante	1.376	694

Referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxa média de 94,75% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Existem aplicações financeiras dadas em garantia à empréstimos (Cédula de Crédito de Exportação e Cédula de Crédito Bancário) no montante de R\$ 2.066 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.863 em 31 de dezembro de 2016).

Resultados de 2017



7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercado interno	34.036	39.660	34.036	39.665
Mercado externo	10.093	6.979	10.093	6.979
	<u>44.129</u>	<u>46.639</u>	<u>44.129</u>	<u>46.644</u>
Ajuste a valor presente (a)	(995)	(1.155)	(995)	(1.155)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	<u>(5.215)</u>	<u>(6.033)</u>	<u>(5.215)</u>	<u>(6.033)</u>
	<u>37.919</u>	<u>39.451</u>	<u>37.919</u>	<u>39.456</u>

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a vencer	35.850	37.849	35.850	37.855
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	2.137	1.958	2.137	1.958
De 31 a 60 dias	313	576	313	576
De 61 a 90 dias	219	223	219	223
Acima de 90 dias	<u>5.610</u>	<u>6.033</u>	<u>5.610</u>	<u>6.032</u>
	<u>44.129</u>	<u>46.639</u>	<u>44.129</u>	<u>46.644</u>

(a) O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 71 dias. Foi utilizada a taxa média de desconto para o mercado interno de 2% ao mês, para vendas com prazo menor ou igual a 60 dias, e 2,2% ao mês para vendas com prazo maior que 60 dias. Para o mercado externo foi utilizada a taxa de 0,62% ao mês. Essas taxas correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo.

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado			
	2016	Adições	Baixas	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>6.033</u>	<u>556</u>	<u>(1.374)</u>	<u>5.215</u>
	<u>6.033</u>	<u>556</u>	<u>(1.374)</u>	<u>5.215</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

Resultados de 2017



8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	23.207	33.328	23.385	33.506
Produtos em processamento	23.042	19.148	23.042	19.148
Matérias primas	14.193	13.123	14.193	13.123
Almoxarifado	4.056	6.035	4.056	6.035
	64.498	71.634	64.676	71.812
Provisão para perdas de estoque	(3.956)	(5.074)	(3.956)	(5.074)
	<u>60.542</u>	<u>66.560</u>	<u>60.720</u>	<u>66.738</u>

(a) Movimentação da provisão para perda de estoque:

	Controladora e Consolidado			
	2016	Adições	Baixas	2017
Provisão para perda de estoque	5.074	3.942	(5.060)	3.956
	<u>5.074</u>	<u>3.942</u>	<u>(5.060)</u>	<u>3.956</u>

9 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
IR/CS a recuperar	267	1.702
IR/CS parcelamento Paex	2.201	2.213
ICMS	5.108	5.134
PIS	214	345
COFINS	1.046	1.590
INSS	51	36
Outros impostos	271	139
	<u>9.158</u>	<u>11.159</u>
Circulante	1.684	4.455
Não circulante	7.474	6.704

Resultados de 2017



10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento a despachantes aduaneiros	104	161	104	161
Despesas antecipadas	591	310	591	310
Adiantamento à funcionários (i)	899	1.171	899	1.171
Outros	121	85	174	158
	<u>1.715</u>	<u>1.727</u>	<u>1.768</u>	<u>1.800</u>

(i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias coletivas R\$ 685 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 943 em 31 de dezembro de 2016).

11 Investimentos (Controladora)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Avaliados ao custo	101	101	275	266
Avaliados pela equivalência patrimonial	4.122	7.898		
	<u>4.223</u>	<u>7.999</u>	<u>275</u>	<u>266</u>

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	2017	2016
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	4.165.617	7.958.846
Patrimônio Líquido	4.122	7.899
Lucro líquido do exercício	17	332
% de participação	99,98	99,98
Domínio Imobiliária	2017	2016
Ativo	5.615	9.299
Passivo	1.493	1.400
Patrimônio líquido	4.122	7.899
Receita líquida	37	28
Lucro do período	17	332

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial - Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu no exercício de 2011 participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quotas possuídas - Caporena	5.100	5.100
Patrimônio líquido	(2.902)	(2.639)
Prejuízo no período	(263)	(303)
% de participação	51	51

(c) Movimentação dos investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	7.999	9.289
Resultado de equivalência patrimonial	17	332
Dividendos pagos		(1.630)
Redução do capital investido em controlada (i)	(3.793)	
Integralização de capital por distribuição de Sobras		8
Saldo final:	<u>4.223</u>	<u>7.999</u>

i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/03/2017, foi aprovada a redução de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda em R\$ 3.793. Em virtude da redução de capital fica liquidado o mútuo vigente entre a Companhia e a Controlada.

Resultados de 2017



12 Propriedade para investimentos

	Controladora	
	2017	2016
Imóveis (b)	717	826
	<u>717</u>	<u>826</u>
	Consolidado	
	2017	2016
Terrenos (a)	3.000	3.000
Imóveis (b)	717	826
	<u>3.717</u>	<u>3.826</u>

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	826	600	3.826	3.600
Ganho/(perda) de ajuste a valor justo	(109)	226	(109)	226
Saldo final	<u>717</u>	<u>826</u>	<u>3.717</u>	<u>3.826</u>

- (a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda, localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.000.
- (b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 39 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2016). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 717 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que o valor contábil apresentado está próximo do valor justo.

Resultados de 2017



13 Imobilizado

	Controladora					
	2017			2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134		5.134	5.134		5.134
Edificações	41.674	(17.564)	24.110	40.253	(15.651)	24.602
Máquinas e equipamentos	174.142	(122.639)	51.503	173.327	(119.284)	54.043
Instalações	22.790	(9.588)	13.202	22.405	(8.912)	13.493
Móveis e utensílios	10.141	(8.340)	1.801	9.967	(7.740)	2.227
Veículos	2.734	(2.374)	360	3.701	(3.353)	348
Reflorestamento	23	(3)	20	23	(2)	21
Imobilizado em formação	1.302		1.302	2.814		2.814
	257.940	(160.508)	97.432	257.624	(154.942)	102.682

	Consolidado					
	2017			2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134		5.134	5.134		5.134
Edificações	42.198	(17.594)	24.604	40.778	(15.660)	25.118
Máquinas e equipamentos	174.142	(122.639)	51.503	173.327	(119.284)	54.043
Instalações	22.790	(9.588)	13.202	22.405	(8.912)	13.493
Móveis e utensílios	10.141	(8.340)	1.801	9.967	(7.740)	2.227
Veículos	2.734	(2.374)	360	3.701	(3.353)	348
Reflorestamento	23	(3)	20	23	(2)	21
Imobilizado em formação	1.302		1.302	2.814		2.814
	258.464	(160.538)	97.926	258.149	(154.951)	103.198

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora					
	2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2017
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	24.602		(1.913)		1.421	24.110
Máquinas e equipamentos	54.043	112	(3.355)	(4)	707	51.503
Instalações	13.493	6	(676)		379	13.202
Móveis e utensílios	2.227	213	(607)	(62)	30	1.801
Veículos	348		(136)		148	360
Reflorestamento	21		(1)			20
Imobilizado em formação	2.814	1.298			(2.810)	1.302
	102.682	1.629	(6.688)	(66)	(125)	97.432

Resultados de 2017



Consolidado						
	2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2017
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	25.118		(1.935)		1.421	24.604
Máquinas e equipamentos	54.043	112	(3.355)	(4)	707	51.503
Instalações	13.493	6	(676)		379	13.202
Móveis e utensílios	2.227	213	(607)	(62)	30	1.801
Veículos	348		(136)		148	360
Reflorestamento	21		(1)			20
Imobilizado em formação	2.814	1.298			(2.810)	1.302
	103.198	1.629	(6.710)	(66)	(125)	97.926

Controladora						
	2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2016
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	24.275		(1.896)		2.223	24.602
Máquinas e equipamentos	55.029	421	(3.652)	(144)	2.389	54.043
Instalações	13.175		(668)		986	13.493
Móveis e utensílios	2.355	325	(631)		178	2.227
Veículos	498	115	(214)	(86)	35	348
Reflorestamento	22		(1)			21
Imobilizado em formação	4.129	4.496			(5.811)	2.814
	104.617	5.357	(7.062)	(230)		102.682

Consolidado						
	2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2016
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	24.623		(1.904)		2.399	25.118
Máquinas e equipamentos	55.029	421	(3.652)	(144)	2.389	54.043
Instalações	13.175		(668)		986	13.493
Móveis e utensílios	2.355	325	(631)		178	2.227
Veículos	498	115	(214)	(86)	35	348
Reflorestamento	22		(1)			21
Imobilizado em formação	4.283	4.518			(5.987)	2.814
	105.119	5.379	(7.070)	(230)		103.198

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, através de seu corpo técnico, efetuou análise para identificar a eventual existência de indicadores de *impairment* e efetuou a revisão da vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não há indicação sobre existência de *impairment*, bem como não foi identificada a necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$ 2.339 de terrenos e R\$ 11.717 de imóveis dados em garantia a empréstimos (Nota Explicativa 17).

Resultados de 2017



14 Intangível

	Controladora e Consolidado					
	2017			2016		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	9.728	(8.887)	841	9.478	(8.378)	1.100
Intangível em formação	321		321	117		117
	10.049	(8.887)	1.162	9.595	(8.378)	1.217

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Taxa de amortização (%)	Controladora e Consolidado					2017
		2016	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	
Software	20	1.100	39	(510)	(1)	213	841
Intangível em formação		117	292			(88)	321
		1.217	331	(510)	(1)	125	1.162

	Taxa de amortização (%)	Controladora e Consolidado					2016
		2015	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	
Software	20	1.323	104	(614)		287	1.100
Intangível em formação		308	105		(9)	(287)	117
		1.631	209	(614)	(9)		1.217

O intangível da Companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar aos fornecedores	9.201	10.576	9.203	10.577
Ajuste a valor presente	(110)	(147)	(110)	(147)
	9.091	10.429	9.093	10.430

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 22 dias.

Resultados de 2017



O ajuste a valor presente é calculado utilizando o vencimento efetivo dos títulos, sendo descontado à taxa de 1,24% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para contingências	905	460	905	460
Provisão para perdas ativos	2.882	3.310	2.882	3.310
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	5.277	1.180	5.277	1.180
Outras	2.061	1.935	2.061	1.935
	<u>11.125</u>	<u>6.885</u>	<u>11.125</u>	<u>6.885</u>
Passivos fiscais diferidos				
Avaliação valor justo	4.714	5.086	4.714	5.086
Custo atribuído - outros	5.220	5.505	5.220	5.507
Diferença de depreciação fiscal – contábil (i)	9.114	9.007	9.114	9.007
Outras			2	
	<u>19.048</u>	<u>19.598</u>	<u>19.050</u>	<u>19.600</u>
Efeito líquido	<u>7.923</u>	<u>12.713</u>	<u>7.925</u>	<u>12.715</u>

(i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios. A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2017		3.832		3.832
2018	2.865	2.331	2.865	2.331
2019	3.450	722	3.450	722
2020	2.472		2.472	
2021	1.327		1.327	
2022	1.011		1.011	
	<u>11.125</u>	<u>6.885</u>	<u>11.125</u>	<u>6.885</u>

Resultados de 2017



(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.688)	1.794	(16.477)	2.171
IRPJ e CSLL apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	5.674	(610)	5.602	(738)
Equivalência Patrimonial	6	113		
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(88)	(157)	(88)	(157)
Outras doações		(50)		(50)
Juros sobre capital próprio		302		302
Outros	166	442	167	460
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente	658	488	581	268
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido	5.100	(448)	5.100	(451)

17 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa de juros (ao ano)	Venc.	Controladora e Consolidado	
				2017	2016
FINIMP	USD	Juros de 4,72% + Comissão de 1,72%	2017		773
CCE/NCE	USD	4,6% a 5,29%	2019	16.767	18.970
ACC	USD	4,35% a 4,65% + Comissão de 3%	2018	8.602	10.492
Resolução 4131	USD	2,65% a 2,70% + comissão (1,8% a 1,9%)	2018	5.523	
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 4,90% a 5,75%	2019	8.624	22.613
FGPP	R\$	9,02% a 11,25%	2018	7.894	7.404
BNDES FINAME	R\$	TJLP + 5,4%	2027	173	
BNDES FINAME	R\$	3,5% a 6%	2021	2.164	2.793
CCB	R\$	Selic + 4,5%	2020	3.517	
CCB	R\$	CDI + juros de 5%	2021	7.065	
TOTAL GERAL:				60.329	63.045
Circulante:				44.282	44.818
Não circulante:				16.047	18.227

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
2018		12.050
2019	9.979	5.210
2020	4.155	488
2021	1.795	479
2022	21	
2023 e demais anos	97	
	16.047	18.227

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos, apresentados abaixo

Resultados de 2017



ao seu valor de mercado, conforme laudos preparados pelas próprias instituições financeiras:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Hipoteca de Imóveis	34.592	40.267
Alienação fiduciária de Imóveis	4.123	
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	16.559	19.069
Estoques	4.374	12.449
Imobilizado	3.988	3.929
Aplicação Financeira	2.066	1.863
	65.702	77.577

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado						
	2016	Adições	Pagamento de Principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Variação cambial	2017
FINIMP	773		(722)	33	(55)	(29)	
CCE/NCE	18.970	6.292	(8.836)	850	(845)	336	16.767
ACC	10.492	12.347	(13.719)	607	(945)	(180)	8.602
Resolução 4131		5.200		78		245	5.523
CCE	22.613	6.000	(20.002)	2.507	(2.494)		8.624
FGPP	7.404	12.510	(12.114)	969	(875)		7.894
BNDES FINAME		172		3	(2)		173
BNDES FINAME	2.793		(628)	93	(94)		2.164
CCB		3.472		45	0		3.517
CCB		7.000	(68)	260	(127)		7.065
TOTAL GERAL:	63.045	52.993	(56.089)	5.445	(5.437)	372	60.329

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

Resultados de 2017



		Moeda	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Ativo						
Circulante						
Partes relacionadas:						
Acionistas controladores		Real				
B&C Comércio de Tecidos Assessórios e Art. Confec. Ltda	(a)	Real	15	96	15	96
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real		1		1
Catexil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	97	336	97	336
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	178		178	
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(a)	Real	172	172		
(-) Caporena Comércio de Camisas Ltda - PCLD	(a)	Real	(172)			
			290	605	290	433
Não circulante						
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(d)	Real	2.375	2.161	2.375	2.161
			2.375	2.161	2.375	2.161
Passivo						
Circulante						
Partes relacionadas:						
1001 Ind. De Artefatos de Borracha Ltda	(h)	Real	7		7	
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	78	24	78	24
Catriz Empreendimentos Ltda	(a)	Real	74	32	74	32
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real		1.025		
Energisa S/A	(b)	Real	885	1.715	885	1.715
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	43	15	43	15
			1.087	2.811	1.087	1.786
Não Circulante						
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real		2.666		
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	110		110	
Catriz Empreendimentos Ltda	(a)	Real	181		181	
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	77		77	
			368	2.666	368	

		Moeda	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Resultado operacional						
Partes relacionadas:						
1001 Ind. De Artefatos de Borracha Ltda	(h)	Real	(66)		(66)	
Aurora Têxtil Ltda	(e)	Real		(2)		(2)
B&C Com. Tecidos Assess. e Art. Confec. Ltda	(a)	Real	442	321	442	321
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	(620)	(318)	(620)	(318)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	312	506	312	506
Catexil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	1.406	1.040	1.406	1.040
Catriz Empreendimentos Ltda	(a)	Real	(628)	(309)	(628)	(309)
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	(102)	(263)		
Energisa S/A	(b)	Real	(20.275)	(24.120)	(20.275)	(24.120)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(d)	Real	215	268	215	268
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(c)	Real	(4)	(83)	(4)	(83)
Marcelo Inácio Peixoto	(i)	Real	(11)		(11)	
Multisom Radio Cataguases Ltda	(g)	Real	(8)		(8)	
Citrex Assessoria Empresarial S/S Ltda	(j)	Real	(280)		(280)	
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	641	818	641	818
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	(369)	(218)	(369)	(218)

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes “decisão”, considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para facção de seus produtos, 1,5% para clientes “compra”, considerados aqueles que prestam serviço de facção aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes e verba indenizatória devida em razão da rescisão da representação comercial.
- (b) Refere-se à compra de energia elétrica, suportado por contrato.
- (c) Refere-se a valores do acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária.

Resultados de 2017



- (d) Refere-se a depósito caução efetuado como garantia ao contrato de compra de energia elétrica, aplicado pela Energisa com rendimentos sendo incorporados ao saldo.
- (e) Refere-se a compra materiais de transmissão e acessórios.
- (f) Refere-se a mútuo tomado perante a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês.
- (g) Refere-se a serviços de divulgação publicitária.
- (h) Refere-se a prestação de serviços de conserto.
- (i) Serviço de levantamento técnico para fins de regularização das obras de ampliação.
- (j) Refere-se a prestação de serviço de gestão comercial.

19 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ/CSLL			9	50
Contrib. Previd. s/ receita	190	238	190	238
ICMS	37	117	37	117
PIS	96	27	96	27
COFINS	548	197	548	197
CIDE s/ remessas externas	6	3	6	3
Outros tributos a recolher	25	41	25	40
Parcelamentos (i)				
IRPJ/CSLL	262	502	262	502
PIS	10	19	10	19
INSS	1.465	2.745	1.465	2.745
Outros	174	234	174	234
Utilização de Prejuízos Fiscais	(1.010)		(1.010)	
	<u>1.803</u>	<u>4.123</u>	<u>1.812</u>	<u>4.172</u>
Circulante:	1.060	906	1.069	955
Não circulante:	743	3.217	743	3.217

- (i) Parcelamento com base na Lei 13.496/17.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
2018		286
2019	67	286
2020	67	286
2021	67	286
2022	67	286
2023 e demais anos	475	1.787
	<u>743</u>	<u>3.217</u>

20 Provisões diversas

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Provisões com pessoal	3.148	3.424
Provisão prêmio aposentadoria	3.035	3.357
Comissões a agentes mercado externo	716	603
Comissões a representantes mercado interno	588	440
Provisão indenização representantes mercado interno	39	
	7.526	7.824
Circulante	4.491	4.467
Não Circulante	3.035	3.357

(a) Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

O valor atual de obrigações de prêmio aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o prêmio aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do prêmio aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na cláusula 10ª o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço, um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 (dez) salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 (vinte e cinco) anos, em caso de aposentadoria especial; 30 (trinta) anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e 35 (trinta e cinco) anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Resultados de 2017



Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido:

Conciliação da obrigação de benefício definido	2017	2016
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	3.357	2.632
Custo do serviço corrente (parte patronal)	97	95
Custo dos juros	279	314
Benefícios pagos	(824)	(657)
(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	126	973
<i>Mudanças de premissas demográficas e econômicas</i>	(174)	
<i>Mudanças de premissas financeiras</i>	90	109
<i>Ajustes de experiência</i>	210	864
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	3.035	3.357
Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	2017	2016
Contribuições do empregador	824	648
Benefícios pagos	(824)	(648)
<i>(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos</i>		
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	2017	2016
<i>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</i>		
Custo do serviço corrente (parte patronal)	97	95
Custo líquido dos juros	279	314
Custo do benefício pós-emprego no período	376	410
Custo total reconhecido em ORA no início do ano	3.889	2.916
Perdas (ganhos) atuariais	126	973
Custo total reconhecido em ORA	4.015	3.889
<i>(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos</i>		
Montantes reconhecidos no balanço	2017	2016
Valor presente das obrigações não fundeadas	(3.035)	(3.357)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(3.035)	(3.357)
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(3.035)	(3.357)
Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	2017	2016
Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(3.357)	(2.632)
Custo líquido no período	(376)	(409)
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital	(126)	(973)
Contribuições do empregador para o plano	824	657
Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(3.035)	(3.357)
Premissas adotadas (final do ano)	2017	2016
Taxa de desconto (nominal)	9,37%	11,50%
Retorno esperado dos ativos do plano	9,37%	12,85%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	5,02%	5,53%
Inflação Projetada	4,50%	5,00%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F / 53 M	48 F / 53 M
Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	2017	2016
Data efetiva	31/12/2017	31/12/2016
Participantes ativos (passivo principal)	1.228	1.406
Número total de participantes	1.228	1.406
Período de amortização	2017	2016
Média esperada de vida de trabalho restante	15,41	15,9
Período médio até que os benefícios sejam adquiridos	15,41	15,9
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	3,67	3,11

Resultados de 2017



Informação Adicional	2017	2016
GANHO / (PERDA) ATUARIAL TOTAL	(126)	(973)
<i>Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas financeiras</i>	(90)	(109)
<i>Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas demográficas</i>	174	
<i>Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência</i>	(210)	(864)
Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	2017	2016
<i>Rotatividade anual projetada dos empregados</i>	15,25%	12,78%
<i>Tábua de Mortalidade</i>	AT-2000	AT-2000
<i>Tábua Entrada em Invalidez</i>	Alvaro Vindas-50%	Alvaro Vindas-50%
Projeção do fluxo de caixa	2017	2016
<i>Pagamentos de benefícios esperados</i>	1.923	384
<i>Contribuições esperadas do empregador</i>	1.923	384
Valores Acumulados dos Ganhos ou Perdas atuariais	2017	2016
<i>(Ganho) / perda atuarial das obrigações</i>	126	973
(Ganho) / perda atuarial no final do ano	126	973
<i>Ganho / (perda) atuarial líquida a ser reconhecida</i>	126	973

Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de rotatividade (decréscimo de 1% a.a. no, percentual adotado) e taxa de desconto (decréscimo e acréscimo de 1% a.a. no percentual adotado), além da premissa de crescimento salarial (acréscimo de 1% no percentual adotado), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Análise de Sensibilidade (em %):

Decréscimo de 1% na taxa de desconto: variação positiva de 2,36% montante da obrigação;
Acréscimo de 1% na taxa de desconto: variação negativa de 2,16% no montante da obrigação;
Decréscimo de 1% na rotatividade: variação positiva de 2,91% no montante da obrigação;
Acréscimo de 1% na taxa de crescimento salarial: variação positiva de 2,17% no montante da obrigação.

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

21 Provisões para riscos e depósitos judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes provisões para riscos e depósitos judiciais:

	Controladora e Consolidado			
	2017		2016	
	Provisão para riscos	Depósitos Judiciais	Provisão para riscos	Depósitos Judiciais
Tributárias	297	(406)	268	(406)
Trabalhistas	2.661	(922)	1.353	(1.694)
Cíveis	9.912	(20)	9.364	(20)
Outras	3.531	(250)	3.072	(250)
	<u>16.401</u>	<u>(1.598)</u>	<u>14.057</u>	<u>(2.370)</u>

A apresentação dos saldos líquidos de provisões para riscos e depósitos judiciais de 2017 é apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	2017			
	Provisão para riscos líquidas dep. judiciais	Outras provisões para riscos	Total de Provisão para riscos líquidas de depósitos judiciais	Total de Outros depósitos judiciais
Tributárias		297	297	(406)
Trabalhistas	648	1.292	1.940	(201)
Cíveis	9.892		9.892	
Outras	3.416		3.416	(135)
	<u>13.956</u>	<u>1.589</u>	<u>15.545</u>	<u>(742)</u>

A movimentação das provisões para riscos e dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora e Consolidado				
	2016	Adição	Baixa	Atualização	2017
Provisão	14.057	4.323	(2.834)	855	16.401
Depósitos	(2.370)	(1.074)	1.847	(1)	(1.598)
	<u>11.687</u>	<u>3.249</u>	<u>(987)</u>	<u>854</u>	<u>14.803</u>

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de



Resultados de 2017

acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 771 (R\$1.585 em 31 de dezembro de 2016), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

(a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

(b) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado da lide considerado como perda provável é de R\$9.912 contra R\$ 9.364 em 31 de dezembro de 2016.

(c) Outras

Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados no valor de R\$ 3.531, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 - 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS.

22 Instrumentos financeiros derivativos

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contratou, com caráter exclusivo de proteção, duas operações de swaps (8 e 12 meses), no valor total de R\$ 5.200, que trocam a variação do dólar por taxa pré fixada em operações de Empréstimos e Financiamentos. Na determinação do valor justo do swap foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos, segregamos os instrumentos para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos, sendo demonstrado como segue:

<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>			<u>Taxas</u>		<u>Valor justo</u>		
<u>Operações</u>	<u>Período (meses)</u>	<u>Juros</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Dólar x Taxa pré	8 e 12 meses	Períodos de 4 e 6 meses	Variação Cambial + 5,33% a 5,50%	11,50% a 11,55%	339	(186)	153

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da Controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

(e) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

Resultados de 2017

24 Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vendas de produtos no Mercado Interno	201.299	224.354	201.337	224.383
Vendas de produtos no Mercado Externo	30.795	35.226	30.795	35.226
Impostos sobre vendas	(43.588)	(48.960)	(43.589)	(48.961)
Subvenções governamentais – ICMS (i)	7.276	8.331	7.276	8.331
Devoluções e abatimentos	(8.959)	(13.256)	(8.959)	(13.256)
Ajuste a valor presente clientes	(10.405)	(11.601)	(10.405)	(11.601)
Total da receita contábil	176.418	194.094	176.455	194.122

- (i) A subvenção para custeio, por se tratar de auxílio financeiro comumente recebido de forma periódica pela Companhia, decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), e reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

25 Custos e despesas operacionais

Por natureza:	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(56.361)	(48.224)	(56.361)	(48.224)
Indenizações trabalhistas por demissões (1)	(2.532)		(2.532)	
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(110.220)	(117.985)	(110.220)	(117.985)
Comissões sobre venda	(4.186)	(4.304)	(4.186)	(4.304)
Frete de vendas	(3.876)	(4.197)	(3.876)	(4.197)
Depreciações e amortizações	(7.197)	(7.676)	(7.218)	(7.684)
Indenizações a representantes comerciais	(1.677)		(1.677)	
Ajuste a valor presente - fornecedores	1.597	1.793	1.597	1.793
Outros	(11.086)	(12.483)	(11.132)	(12.526)
Total das despesas	(195.538)	(193.076)	(195.605)	(193.127)

Resultados de 2017



	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Por função:				
Operações continuadas				
Custo dos produtos vendidos	(155.991)	(156.847)	(155.991)	(156.847)
Despesas com vendas	(26.446)	(24.836)	(26.446)	(24.836)
Despesas administrativas	(13.101)	(11.393)	(13.168)	(11.444)
Total das despesas	(195.538)	(193.076)	(195.605)	(193.127)

(1) Custo/despesa para adequação do quadro de pessoal à situação atual da Companhia em detrimento do cenário econômico nacional.

26 Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas				
Cessão de crédito de energia	5.719		5.719	
Crédito extemporâneo de Pis e Cofins	85	159	85	159
Crédito extemporâneo de ICMS	179	1.900	179	1.900
Crédito Pis e Cofins Importação	93		93	
Ganhos na alienação de imobilizado	199	5	199	5
Aluguel	39	462	39	462
Ressarcimento ref. a recursos trabalhistas		128		128
Outras receitas	23	223	23	229
	6.337	2.877	6.337	2.883
Outras despesas				
Cessão de crédito de energia	(3.326)	(2.048)	(3.326)	(2.048)
Despesa com contingência trabalhista	(2.352)	(1.615)	(2.352)	(1.615)
Provisão de risco em ações trabalhistas	(1.308)	(61)	(1.308)	(61)
Provisão para perda de estoque	1.118	(1.779)	1.118	(1.779)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(797)	(529)	(797)	(529)
Pis, Cofins, CIDE sobre remessas externas	(81)	(149)	(81)	(149)
Penalidade Contratual	(459)	(27)	(459)	(27)
Provisão para prêmio aposentadoria	(400)	(410)	(400)	(410)
Contribuição Fundo Algodões	(109)	(125)	(109)	(125)
ICMS sobre outras saídas	(175)	(90)	(175)	(90)
Outras despesas	(439)	(685)	(454)	(702)
	(8.328)	(7.518)	(8.343)	(7.535)
Total Outras receitas (despesas), líquidas	(1.991)	(4.641)	(2.006)	(4.652)

Resultados de 2017



27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Reversão do ajuste a valor presente clientes	10.566	11.673	10.566	11.673
Ganhos com variações cambiais	5.474	16.186	5.474	16.186
Juros com aplicações financeiras	1.249	1.545	1.269	1.618
Benefício parcelamento Lei 13.496/17	1.959		1.959	
Ganho com operação Swap	688		688	
Outras receitas financeiras	1.103	1.818	1.260	2.229
	<u>21.039</u>	<u>31.222</u>	<u>21.216</u>	<u>31.706</u>
Despesas financeiras				
Perdas com variações cambiais	(5.512)	(13.375)	(5.512)	(13.375)
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.445)	(6.771)	(5.445)	(6.772)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.633)	(1.701)	(1.633)	(1.701)
Deságio sobre antecipação de recebíveis	(1.260)	(656)	(1.260)	(656)
Atualização de processos judiciais	(855)	(2.569)	(855)	(2.569)
Estorno benefício parcelamento Leis 12.865/13 e 12.996/14	(628)		(628)	
Perda com operação Swap	(635)		(635)	
Outras despesas financeiras	(665)	(1.065)	(569)	(805)
	<u>(16.633)</u>	<u>(26.137)</u>	<u>(16.537)</u>	<u>(25.878)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>4.406</u>	<u>5.085</u>	<u>4.679</u>	<u>5.828</u>

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumentos financeiros classificados por categoria.

	Instrumentos financeiros classificados por categoria							
					Controladora			
	2017		2016		2017		2016	
Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	
Ativo								
Caixa e equivalente caixa	24.768		24.768	29.143		29.143		
Títulos e valores mobiliários		2.205	2.205		2.161	2.161		
Contas a receber e outros recebíveis			37.919	37.919		39.451	39.451	
Instrumentos financeiros derivativos		153	153					
Depósitos judiciais			742	742		1.467	1.467	
	<u>24.768</u>	<u>2.358</u>	<u>38.661</u>	<u>65.787</u>	<u>29.143</u>	<u>2.161</u>	<u>40.918</u>	<u>72.222</u>
Passivo								
Empréstimos e financiamentos			60.329	60.329			63.045	63.045
Fornecedores			9.091	9.091			10.429	10.429
			<u>69.420</u>	<u>69.606</u>			<u>73.474</u>	<u>73.474</u>

Resultados de 2017



Instrumentos financeiros classificados por categoria							
Consolidado							
2017				2016			
Ativo	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalente caixa	25.002			25.002	29.464		29.464
Títulos e valores mobiliários		2.205		2.205		2.161	2.161
Contas a receber e outros recebíveis			37.919	37.919			39.456
Instrumentos financeiros derivativos		153		153			
Depósitos judiciais			742	742			1.467
	25.002	2.358	38.661	66.021	29.464	2.161	40.923
							72.548

Passivo	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	60.329	60.329	63.045	63.045
Fornecedores	9.093	9.093	10.430	10.430
	69.422	69.608	73.475	73.475

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis.

Contas a receber - a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas a outros países em que atua. Em 31 de dezembro de 2017, monta R\$10.093, equivalente a 462 mil euros e 2.497 mil dólares norte-americanos (R\$6.979 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 544 mil euros e 1.567 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos - conforme demonstrado na Nota Explicativa 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$30.892 em 31 de dezembro de 2017, equivalente a 9.339 mil dólares norte-americanos (R\$30.235 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 9.277 mil dólares-americanos). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e nos empréstimos em moeda nacional.

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus

clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “commodities”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real e euro-real; (2) a taxa do CDI e da Selic.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real/euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2017.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI a 9,93% a.a., Selic a 9,94% a.a., dólar a 3,308 e euro a 3,9693) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Resultados de 2017



		Controladora			
	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos					
Instrumentos financeiros					
expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.834	Alta Euro	2.017	2.521	3.025
Contas a receber mercado externo	8.259	Alta Dólar	9.086	11.357	13.628
Empréstimos e financiamentos	(30.892)	Alta Dólar	(33.981)	(42.476)	(50.972)
Instrumentos financeiros					
derivativos (Valor Nocional)	5.200	Alta Dólar	5.720	7.150	8.580
Subtotal	(15.599)		(17.158)	(21.448)	(25.739)
Instrumentos financeiros					
expostos a variação do CDI e da Selic					
Aplicações financeiras no mercado aberto	21.563	Alta CDI	23.719	29.649	35.579
Empréstimos e financiamentos	(15.689)	Alta CDI	(17.258)	(21.573)	(25.887)
Empréstimos e financiamentos	(3.517)	Alta Selic	(3.869)	(4.836)	(5.803)
Subtotal	2.357		2.592	3.240	3.889
Total	(13.242)		(14.566)	(18.208)	(21.850)
Efeito no resultado			(1.324)	(4.966)	(8.608)
Consolidado					
	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos					
Instrumentos financeiros					
expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.834	Alta Euro	2.017	2.521	3.025
Contas a receber mercado externo	8.259	Alta Dólar	9.086	11.357	13.628
Empréstimos e financiamentos	(30.892)	Alta Dólar	(33.981)	(42.476)	(50.972)
Instrumentos financeiros					
derivativos (Valor Nocional)	5.200	Alta Dólar	5.720	7.150	8.580
Subtotal	(15.599)		(17.158)	(21.448)	(25.739)
Instrumentos financeiros					
expostos a variação do CDI e da Selic					
Aplicações financeiras no mercado aberto	21.761	Alta CDI	23.937	29.921	35.905
Empréstimos e financiamentos	(15.689)	Alta CDI	(17.258)	(21.573)	(25.887)
Empréstimos e financiamentos	(3.517)	Alta Selic	(3.869)	(4.836)	(5.803)
Subtotal	2.555		2.810	3.512	4.215
Total	(13.044)		(14.348)	(17.936)	(21.524)
Efeito no resultado			(1.304)	(4.892)	(8.480)

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da

Resultados de 2017



Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

Mensuração a valor justo - Controladora				
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis	
	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	2.205	2.205		
Instrumentos financeiros derivativos	153		153	
	2.358	2.205		153
Mensuração a valor justo - Controladora				
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis	
	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	2.161	2.161		
	2.161	2.161		
Mensuração a valor justo - Consolidado				
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis	
	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	2.205	2.205		
Instrumentos financeiros derivativos	153		153	
	2.358	2.205		153
Mensuração a valor justo - Consolidado				
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis	
	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	2.161	2.161		
	2.161	2.161		

(d) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

29 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Em milhares de reais	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	(10.847)	(83)	(10.930)	1.819	15	1.834
Lucro/ (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(10.847)	(83)	(10.930)	1.819	15	1.834
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído - R\$	(75,22)	(75,22)	(75,22)	12,61	13,87	12,62

30 Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

Resultados de 2017



As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados da Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		
Contas a receber de clientes	<u>6</u>	<u>6</u>
	6	6
Não circulante		
Imobilizado	<u>1</u>	<u>1</u>
	1	1
Total do ativo	<u><u>7</u></u>	<u><u>7</u></u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	<u>620</u>	<u>564</u>
	620	564
Não circulante		
Outros passivos (a)	<u>2.289</u>	<u>2.082</u>
	2.289	2.082
Patrimônio líquido		
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	<u>(2.912)</u>	<u>(2.345)</u>
	<u>(2.902)</u>	<u>(2.335)</u>
Total do passivo	<u><u>7</u></u>	<u><u>7</u></u>

(a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações contábeis, sendo apresentado o saldo de R\$ 1.426 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.125 em 31 de dezembro de 2016).

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Demonstração de resultado		
Receita líquida		
Custo de produtos		
Lucro bruto		
Despesas comerciais, gerais e administrativas		(6)
Resultado financeiro	<u>(263)</u>	<u>(297)</u>
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	<u><u>(263)</u></u>	<u><u>(303)</u></u>

Resultados de 2017



Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de Caixa líquidos das operações descontinuadas	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provenientes das operações		(2)
		<u>(2)</u>

31 Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 29 de abril de 2016, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2016 a abril de 2017 em até R\$6.100 (em até R\$5.000 no período de maio de 2015 a abril de 2016).

Controladora e Consolidado					
<u>Órgão</u>	<u>Nº de Membros</u>	<u>Honorários</u>	<u>Remuneração Variável</u>	<u>Previdência Privada</u>	<u>Assist. Médica</u>
					2017
Conselho de Administração	5	539			
Conselho Fiscal	3	319			
Diretoria	4	1.504		87	56
	12	<u>2.362</u>		<u>87</u>	<u>56</u>
					2016
Conselho de Administração	5	608			
Conselho Fiscal	5	322			
Diretoria	2	725		79	99
	12	<u>1.655</u>		<u>79</u>	<u>99</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

32 Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	Prêmio
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	203.195	455
Veículos	4.301	32
Responsabilidade civil diretoria D&O	30.000	40
Responsabilidade civil	20.000	12
Fiança Locatícia	298	7
Crédito de exportação	2.084	72
Transporte Importação	3.308	(*)
Transporte Exportação	992	(*)

(*) O prêmio é calculado pela taxa prevista na apólice, no valor de 0,055% aplicável aos Embarques Aquaviários, Terrestres e Aéreos. A referida taxa aplica-se a todas as verbas seguráveis.

* * *

Resultados de 2017



Conselho de Administração:

José Inácio Peixoto Neto
Presidente
Herbert Steinberg
Vice-Presidente
Carlos Manoel Castro de Mattos
Conselheiro
Jorge Nagib Amary Junior
Conselheiro
Vicente Moliterno Neto
Conselheiro

Diretoria:

José Inácio Peixoto Neto
Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Alexandre Ribeiro Scotti
Diretor Administrativo e Financeiro
Marcos Aurélio de Sousa Rodrigues
Diretor Técnico-Industrial
Tiago Inácio Peixoto
Diretor Comercial

Conselho fiscal:

Flávio Stamm
Conselheiro
Glaydson Ferreira Cardoso
Conselheiro
Paulo Henrique Laranjeira da Silva
Conselheiro

Responsável técnico:

Celso Romário de Oliveira
Contador
CRC-MG 065048



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Companhia Industrial Cataguases

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Companhia Industrial Cataguases ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia Industrial Cataguases e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Industrial Cataguases e da Companhia Industrial Cataguases e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

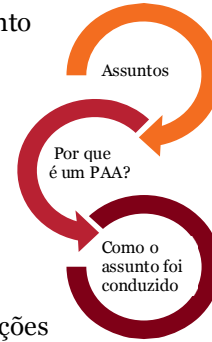
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia Industrial Cataguases Individual e Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Benefício pós emprego (Nota 20)

A Companhia possui compromissos relacionados a benefícios pós emprego, compostos de prêmio de aposentadoria por tempo de serviço, o qual equivale ao valor do salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente das obrigações referentes ao compromisso atribuído somam R\$ 3.035 mil.

Mantivemos essa área como foco em nossa auditoria, pois a obrigação do benefício pós emprego foi determinada com base em premissas que requerem julgamento e em cálculos atuariais.

Entre outros procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas atuários, realizamos os seguintes principais procedimentos:

Entendemos e avaliamos as principais premissas atuariais utilizadas pela administração para cálculo dos compromissos relacionados ao prêmio por aposentadoria. Adicionalmente, realizamos testes com o intuito de observar a integridade e completude da base de dados utilizada para o mencionado cálculo atuarial.

Em conjunto com nossos especialistas atuariais, comparamos as premissas-chaves com dados e parâmetros de mercado.

Realizamos ainda um cálculo independente de valorização do plano de benefícios considerando as premissas-chaves equivalentes divulgadas pelo mercado.

Avaliamos a razoabilidade das respectivas divulgações, em notas explicativas em aderência aos requisitos das normas contábeis aplicáveis.

Os procedimentos de auditoria revelaram ajustes



Companhia Industrial Cataguases

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

contábeis que foram efetuados pela Companhia. Assim, consideramos que as premissas utilizadas na determinação da provisão do benefício pós emprego são razoáveis, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela administração.

Provisões para riscos (Nota 21)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em seu balanço nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria, devido a relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas.

Atualizamos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação de informações com os escritórios de advocacia externos que patrocinam os processos judiciais e administrativos em relação à avaliação do prognóstico, à totalidade das informações e ao valor das provisões. Para as causas significativas, discutimos com a administração e seus consultores jurídicos a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para riscos são razoáveis, e as divulgações efetuadas são consistentes com as posições dos consultores jurídicos.

Ambiente de tecnologia da informação no ciclo de receita de venda de produtos (Nota 23)

A Companhia reconhece suas receitas de vendas em bases diárias de acordo com os contratos e pedidos firmados com clientes, que envolvem

Em resposta aos riscos identificados, efetuamos os seguintes principais procedimentos:



Companhia Industrial Cataguases

Porque é um PAA

substancialmente uma carteira pulverizada de pessoas jurídicas.

A Companhia é dependente de seu ambiente de tecnologia e seus controles automatizados subjacentes relacionados aos processos para captura dos pedidos de vendas, registro e processamento das informações de receita de vendas. Nos últimos anos, os principais sistemas da Companhia têm sido aprimorados com objetivo de estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao seu volume de transações. Apesar dessas mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações de receitas nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Em função da complexidade inerente ao processo automático de início, registro, processamento e reporte das informações utilizadas no reconhecimento da receita de vendas, da importância da efetividade dos controles internos que a administração trabalha em melhorar e aprimorar, bem como da representatividade das receitas no conjunto das demonstrações contábeis, essa área continua sendo relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o apoio de nossos especialistas em tecnologia da informação, atualizamos o entendimento dos principais controles do ambiente de tecnologia relacionados aos aspectos de segurança, mudanças em sistemas e monitoramento dos processamentos, acerca dos principais critérios e sistema utilizado para reconhecimento da receita de venda de produtos.

Para obter as evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria, foi necessário executar testes de transações adicionais, a fim avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, os controles compensatórios existentes. Testamos transações de receita com vendas ocorridas no exercício, em bases amostrais, inspecionando faturas e o recebimento subsequente do valor da transação pago pelo cliente, bem como efetuamos procedimentos de confirmação de contas a receber de clientes em aberto.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os procedimentos adotadas pela administração para o reconhecimento da receita, são aceitáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.



Companhia Industrial Cataguases

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Companhia Industrial Cataguases

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Industrial Cataguases

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Industrial Cataguases, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no art.163, da Lei n. 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, a Demonstração do Valor Agregado, o Relatório da Administração, o Orçamento de Capital e a Proposta de Destinação dos Resultados de 2017, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração, considerando os fatos registrados nas atas de reuniões deste Conselho Fiscal, nas deliberações da reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2018 e no Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, emitido sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2018, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 08 de março de 2018.

Flavio Stamm

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Glaydson Ferreira Cardoso

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Relativo ao exercício social de 2017

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2018.

José Inácio Peixoto Neto

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Alexandre Ribeiro Scotti

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio Sousa Rodrigues

Diretor Industrial

Tiago Inácio Peixoto

Diretor Comercial

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Relativo ao exercício social de 2017

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2018.

José Inácio Peixoto Neto

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Alexandre Ribeiro Scotti

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio Sousa Rodrigues

Diretor Industrial

Tiago Inácio Peixoto

Diretor Comercial

**PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO
AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2018 no montante de R\$ 24.078.852,00 (Vinte e quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$ 24.078.852,00
Fontes de financiamento:	
Reserva de retenção de Lucros	-
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	R\$ 24.078.852,00

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2018, tendo os mesmos a seguinte classificação:

- a) **Obrigatórios:** Investimentos destinados atender normas governamentais e/ou Regulatórias - R\$ 1.231.058,00 (Hum milhão, duzentos e trinta e um mil e cinquenta e oito reais);
- b) **Reposição:** Investimentos destinados à manutenção e ou substituição de equipamentos; R\$ 14.778.754,00 (Quatorze milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais);
- c) **Expansão:** Investimentos destinados ao incremento de negócios em mercados e ou produtos existentes – R\$ 7.856.040,00 (Sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e quarenta reais);
- d) **Outros:** Investimentos diversos destinados à área comercial - R\$ 213.000,00 (Duzentos e treze mil reais)

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2018.

José Inácio Peixoto Neto
Presidente do Conselho de Administração